

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 1.091 lojas, distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, conforme segue:

	2014
São Paulo	638
Minas Gerais	81
Rio de Janeiro	80
Goiás	61
Paraná	53
Distrito Federal	46
Santa Catarina	24
Espírito Santo	22
Rio Grande do Sul	21
Bahia	21
Mato Grosso do Sul	16
Mato Grosso	10
Pernambuco	9
Alagoas	4
Sergipe	2
Paraíba	2
Rio Grande do Norte	1
	<u>1.091 (*)</u>

(*) A quantidade de lojas não faz parte do escopo de auditoria.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais “R\$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) A seguir, apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos nas informações contábeis anuais da Companhia:
 - (i) IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: a revisão clarifica o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação
 - (ii) Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição da entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.
 - (iii) IAS 39 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de *Hedge*: essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios.
 - (iv) IFRIC 21 –Tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.
- b) A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015. A Companhia espera que esses pronunciamentos não surtirão efeitos relevantes em suas Informações Financeiras.
 - (i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

- (ii) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (vigência a partir de 1º/01/2017): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
- (iii) Alteração IFRS 11 – Negócios em Conjunto (vigência a partir de 1º/01/2016): a entidade participante de uma *joint venture* deve aplicar os princípios relevantes relacionados à combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.
- (iv) Alteração IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (vigência a partir de 1º/01/2016): o método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
- (v) Alteração IAS 27 – Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (vigência a partir de 1º/01/2016): a revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas.
- (vi) Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidade de investimento – exceções à regra de consolidação (vigência a partir de 1º/01/2016): dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.
- (vii) Alteração IAS 1 (vigência a partir de 1º/01/2016): tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.

c) Alterações de pronunciamentos já existentes

- (i) IFRS 7 – Contratos de serviços (vigência a partir de 1º/01/2016): contratos de serviços geralmente atendem à definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
- (ii) IFRS 5 – Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (vigência a partir de 1º/01/2016): esclarece-se, através da emissão de *guidance*, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais ao critério para manterem essa classificação.
- (iii) IAS 19 – Benefícios a Empregados – taxa de desconto (vigência a partir de 1º/01/2016): em um mercado ativo composto por diferentes países, com moeda funcional comum, a determinação da taxa de desconto deve ser feita com base em títulos de baixo risco do país, não no nível da moeda funcional.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação dos seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(c) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de crédito, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido, os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(e) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(g) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados, de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Ponto comercial

Compreende a cessão de ponto comercial adquirido na contratação de locação de loja, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 9b, às quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças dos programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando essas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(i) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como *ágio*, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesas consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(j) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(l) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e nas gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados em curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

(m) Programa de fidelidade

A Companhia mantém o programa "Muito Mais Raia" de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Companhia calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(n) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(o) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(p) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta "Despesas financeiras" tendo como contrapartida a conta "Lucros acumulados".

(q) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(r) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(s) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio, considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas, a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido do mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 9e.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 11. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(u) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(v) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	41.094	37.875
Certificado de depósitos bancários		64.181
Debêntures compromissadas	240.095	109.100
Depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)		30.729
	<u>281.189</u>	<u>241.885</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, debêntures compromissadas e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC estão classificadas como “instrumentos financeiros mantidos para negociação” e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

6. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	450.296	365.350
Vencidas entre:		
1 e 30 dias	16.047	7.570
31 e 60 dias	409	340
61 e 90 dias	225	347
91 e 180 dias	205	577
181 e 360 dias	33	160
Há mais de 360 dias	6	95
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.231)</u>	<u>(1.180)</u>
	<u>465.990</u>	<u>373.259</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	(1.180)	(738)
Adições	(14.597)	(3.175)
Reversões	14.546	2.733
Saldo final	<u>(1.231)</u>	<u>(1.180)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros “Recebíveis” e, portanto, mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4b-i-3.

7. Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mercadorias de revenda	1.369.604	1.150.176
Materiais	7.013	8.624
Provisão para perdas nos estoques	<u>(36.418)</u>	<u>(26.180)</u>
Total dos estoques	<u>1.340.199</u>	<u>1.132.620</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo médio.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	(26.180)	(10.913)
Adições	(16.349)	(26.937)
Reversões	<u>6.111</u>	<u>11.670</u>
Saldo final	<u>(36.418)</u>	<u>(26.180)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 5.197.041 (R\$ 4.437.769 – Dez/2013)

O valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício totalizaram R\$ 84.336 (R\$ 74.973 – Dez/2013), reconhecido em custo das mercadorias vendidas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

8. Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	29.952	8.322
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT nº 17/99)	2.872	22.234
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	3.685	3.725
ICMS – Outros		205
PIS – Programa de integração social	1	1
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	1	2
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	2.004	3.642
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	<u>527</u>	<u>527</u>
	<u>39.042</u>	<u>38.658</u>
Não circulante		
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	16.769	11.298
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 – precatório	<u>561</u>	<u>561</u>
	<u>17.330</u>	<u>11.859</u>
Total	<u>56.372</u>	<u>50.517</u>

Os créditos de ICMS de R\$ 29.952 e R\$ 2.872 (R\$ 8.322 e R\$ 22.234 – Dez/13) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo e Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação.

A Companhia analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos no curto prazo.

9. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Companhia:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2013	27.725	41.615	219.465	100.917	21.024	368.697	11.685	791.128
Adição		438	48.684	22.560	2.285	120.172	1.107	195.246
Alienações			(3.913)	(732)	(2.109)	(107.695)	(1.813)	(116.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>27.725</u>	<u>42.053</u>	<u>264.236</u>	<u>122.745</u>	<u>21.200</u>	<u>381.174</u>	<u>10.979</u>	<u>870.112</u>
Adições			57.559	32.784	3.438	149.107		242.888
Transferências			(16.998)	17.066		(68)		
Alienações e baixas	(285)	(136)	(7.529)	(3.772)	(3.450)	(11.829)		(27.001)
Provisão para encerramento de lojas			(1.621)	(676)		(2.716)	(40)	(5.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>295.647</u>	<u>168.147</u>	<u>21.188</u>	<u>515.668</u>	<u>10.939</u>	<u>1.080.946</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20 - 23,7	17 - 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2013		(15.486)	(84.085)	(45.498)	(9.792)	(176.079)	(5.866)	(336.806)
Adições		(1.110)	(21.307)	(12.135)	(4.083)	(62.978)	(2.254)	(103.867)
Alienações			2.030	598	1.997	100.761	1.804	107.190
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>(16.596)</u>	<u>(103.362)</u>	<u>(57.035)</u>	<u>(11.878)</u>	<u>(138.296)</u>	<u>(6.316)</u>	<u>(333.483)</u>
Adições		(1.116)	(24.424)	(15.983)	(3.815)	(79.769)	(2.024)	(127.131)
Transferências			4.949	(4.983)		34		
Alienações e baixas		66	6.998	3.606	3.341	10.638		24.649
Provisão para encerramento de lojas			871	411		1.376	34	2.692
Saldo em 31 de dezembro de 2014		<u>(17.646)</u>	<u>(114.968)</u>	<u>(73.984)</u>	<u>(12.352)</u>	<u>(206.017)</u>	<u>(8.306)</u>	<u>(433.273)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2013	<u>27.725</u>	<u>25.457</u>	<u>160.874</u>	<u>65.710</u>	<u>9.322</u>	<u>242.878</u>	<u>4.663</u>	<u>536.629</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>27.440</u>	<u>24.271</u>	<u>180.679</u>	<u>94.163</u>	<u>8.836</u>	<u>309.651</u>	<u>2.633</u>	<u>647.673</u>

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Companhia:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2013	215.281	54.560	22.275	780.084	151.700	41.700	3.138	1.268.738
Adições	31.142	10.427					1.427	42.996
Alienações	(16.216)	(2)					(125)	(16.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	230.207	64.985	22.275	780.084	151.700	41.700	4.440	1.295.391
Adições	22.111	13.485					1.126	36.722
Alienações	(5.089)	(6)					(3)	(5.098)
Provisão para encerramento de lojas	(2.001)	(2)						(2.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	245.228	78.462	22.275	780.084	151.700	41.700	5.563	1.325.012
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17-23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7-25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(56.969)	(27.880)	(2.387)			(10.687)	(617)	(98.540)
Adições	(37.308)	(8.286)				(9.160)	(115)	(54.869)
Alienação	8.544	2					11	8.557
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(85.733)	(36.164)	(2.387)			(19.847)	(721)	(144.852)
Adições	(40.424)	(10.724)				(9.160)	(129)	(60.437)
Alienações	4.578	6					1	4.585
Provisão para encerramento de lojas	712	1						713
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(120.867)	(46.881)	(2.387)			(29.007)	(849)	(199.991)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2013	144.474	28.821	19.888	780.084	151.700	21.853	3.719	1.150.539
Em 31 de dezembro de 2014	124.361	31.581	19.888	780.084	151.700	12.693	4.714	1.125.021

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos e meio. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

e) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida (*"impairment"*)

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2014 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A., ambas adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 13,32% (12,91% – 2013).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis (*"impairment"*).

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas; e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração da Companhia.

10. Financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	2014	2013
BNDES – FINAME			
Empreendimentos	TJLP (+ 3,70% - Dez/2013) a.a.		266
BNDES – FINEM			
Empreendimentos	TJLP + 2,80% (+ 2,76% - Dez/2013) a.a.	4.338	16.298
Empreendimentos	IPCA + 7,54% + 1,30% (+ 7,51% + 1,46% - Dez/2013) a.a.	9.687	17.734
Máquinas e equipamentos	TJLP + 2,30% (+ 2,07% - Dez/2013) a.a.	172	816
BNDES – Subcrédito			
Empreendimentos	TJLP + 3,01% (+ 3,04% - Dez/2013) a.a.	136.673	106.168
Empreendimentos	SELIC + 2,86% (+ 2,37% - Dez/2013) a.a.	47.262	33.552
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,19% (3,18% - Dez/2013) a.a.	14.299	11.568
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+ 1,79% - Dez/2013) a.a.	1.659	2.524
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 6,00% (+ 0,00% - Dez/2013) a.a.	2.168	
Capital de giro	TJLP + 4,15% (+ 4,15% - Dez/2013) a.a.	1.722	4.017
Capital de giro	SELIC + 3,32% (+ 3,07% - Dez/2013) a.a.	63.257	51.882
		<u>281.237</u>	<u>244.825</u>
Passivo circulante		<u>(97.710)</u>	<u>(83.944)</u>
Passivo não circulante		<u>183.527</u>	<u>160.881</u>

Nas operações de FINAME foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM tiveram como garantia fianças bancárias.

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os contratos permitem, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 267.040 (R\$ 214.206 – Dez/2013) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“covenants”):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “covenants” é anual e, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de “*covenants*” não financeiros. Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

	2014
2016	75.325
2017	57.101
2018	33.967
2019	17.134
	<u>183.527</u>

11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	2014	2013
Trabalhistas e previdenciárias	13.647	12.668
Tributárias	570	457
Cíveis	261	4.801
	<u>14.478</u>	<u>17.926</u>
Depósitos judiciais correspondentes	(5.166)	(4.993)
Total	<u>9.312</u>	<u>12.933</u>
Passivo circulante	(5.209)	(4.912)
Passivo não circulante	4.103	8.021

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue :

	2014	2013
Saldo inicial	<u>12.933</u>	<u>13.850</u>
Adições	7.318	8.681
Baixas	(11.485)	(4.650)
Reavaliação dos valores	(2.213)	(4.295)
Atualizações monetárias	2.932	3.120
Depósitos para defesas e recursos judiciais	<u>(173)</u>	<u>(3.773)</u>
Saldo final	<u>9.312</u>	<u>12.933</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por depósitos em juízo ou bens dados em penhora (Nota 19).

Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 54.594 (R\$ 41.417 – Dez/2013).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas e previdenciárias	6.339	3.005
Tributárias	6.743	7.135
Cíveis	<u>1.034</u>	<u>623</u>
Total	<u>14.116</u>	<u>10.763</u>

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Companhia possui ainda ações oriundas da Raia. S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo.

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, referem-se a:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.224	139.387
Juros sobre o capital próprio	<u>(74.559)</u>	<u>(38.900)</u>
Lucro tributável	<u>227.665</u>	<u>100.487</u>
Alíquota composta (imposto de renda – 25% e contribuição social - 9%)	<u>34</u>	<u>34</u>
Despesa teórica	<u>(77.406)</u>	<u>(34.166)</u>
Adições permanentes	(2.220)	(2.107)
Redução do imposto por incentivos	2.810	203
Incentivos fiscais	(1.920)	
Processo de destruição de mercadorias	(2.102)	(2.172)
Outros		(160)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(80.838)</u>	<u>(38.402)</u>
Alíquota efetiva	26,7%	27,6%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R\$ 46.690 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 38.314 – Dez/2013), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 172.636 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 132.294 – Dez/2013), estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 referem-se a:

	Balanco patrimonial		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.354)	(7.449)		
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(97.762)	(51.842)	(45.920)	(43.889)
Mais-valia de intangíveis - incorporação da Raia S.A.	(67.520)	(73.003)	5.483	5.490
Outros	340	(1.969)	2.309	(204)
Provisão para demandas judiciais	4.923	6.095	(1.172)	1.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.623	1.590	33	18
Provisão para gratificações por liberalidade				(2.506)
Provisão para gratificações da diretoria	2.725	1.636	1.089	1.260
Provisão para campanhas internas	241	523	(282)	523
Provisão para obsolescência no estoque	17.055	8.900	8.155	5.190
Provisão para programa de participação no resultado	6.711	2.955	3.756	1.160
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison Ltda.	365	365		(1)
Obrigações provisionadas diversas	4.232	5.191	(959)	3.111
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	2.671	5.934	(3.263)	5.934
Provisão para despesas extraordinárias	4.405	101	4.304	(1.587)
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	1.399	6.993	(5.594)	(5.594)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(32.061)	(30.055)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(125.946)	(93.980)		
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2014	2013		
Saldo inicial	(93.980)	(64.021)		
Receita tributável reconhecida no resultado	(32.061)	(30.055)		
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	95	96		
Saldo final	(125.946)	(93.980)		

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 46.690, será realizado substancialmente até o final do exercício de 2015.

(d) Medida Provisória nº 627/13 convertida em Lei nº 12.973/14

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário a partir de 2014.

Em maio de 2014, essa Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que refere-se ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e optou pela não antecipação de seus efeitos, manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos em agosto de 2014, entregue no dia 7/11/2014, conforme divulgado pela Instrução Normativa nº 1.499 de 15/10/2014 da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

13. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2014	2013
Básico		
Lucro líquido	221.386	100.985
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.286	330.386
Lucro por ação em R\$ – básico	0,67232	0,30566
Diluído		
Lucro líquido	221.386	100.985
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.286	330.386
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	329.286	330.386
Lucro por ação em R\$ – diluído	0,67232	0,30566

Não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado do exercício de 2014 e 2013, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 196.380.486 unidades (192.804.770 unidades em 31 de dezembro de 2013).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2013	<u>192.804.770</u>
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	4.675.716
Recompra de ações no período de maio a junho de 2014	<u>(1.100.000)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2014	<u>196.380.486</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 25,35 (fechamento do dia).

(b) Ações em tesouraria

Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação.

	Quantidade (em unidades)
Posição em 31 de dezembro de 2013	
Recompra de ações no período de maio a junho de 2014	<u>1.100.000</u>
Posição em 31 de dezembro de 2014	<u>1.100.000</u>

A posição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2014, era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações(**)	Custo unitário das ações			Valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2014 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
1.100.000	20.898	18,39	19,30	18,96	27.885

(*) Utilizada a cotação de R\$ 25,35 por ação.

(**) Inclui despesas de corretagem e emolumentos.

(c) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	221.386	100.985
Reserva legal	(11.069)	
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	186
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>210.503</u>	<u>101.171</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>52.626</u>	<u>25.293</u>
Juros sobre o capital próprio proposto	74.559	38.900
Imposto de renda retido na fonte (efetivo)	(10.561)	(5.309)
Juros sobre o capital próprio adicional	28.959	
Imposto de renda retido na fonte (teórico)	(4.344)	
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>88.613</u>	<u>33.591</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>42,10</u>	<u>33,20</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	35.987	8.298
Imposto de renda retido na fonte (teórico)	4.344	
	<u>40.331</u>	<u>8.298</u>

Em 2014 foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 74.559 (R\$ 38.900 – 2013), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos exercícios de 2014 e 2013, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 40.331, excedente ao dividendo mínimo obrigatório, será destinado como distribuição aos acionistas, líquido de IRRF, após ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	9.464	5.451
Adições	60.923	33.530
Pagamentos	(41.527)	(29.339)
Baixas	(196)	(178)
Saldo final	<u>28.664</u>	<u>9.464</u>

15. Receita líquida de vendas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de vendas		
Receita de vendas de mercadorias	7.648.838	6.455.070
Receita de serviços prestados	10.052	9.033
	<u>7.658.890</u>	<u>6.464.103</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(221.733)	(197.812)
Devoluções	(45.588)	(33.372)
Receita líquida de vendas	<u>7.391.569</u>	<u>6.232.919</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

16. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo das mercadorias vendidas	(5.281.377)	(4.512.743)
Despesas com pessoal	(942.024)	(803.348)
Despesas com prestadores de serviços	(77.910)	(73.741)
Depreciação e amortização	(187.568)	(158.736)
Outras (i)	(584.091)	(487.451)
	<u>(7.072.970)</u>	<u>(6.036.019)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo das mercadorias vendidas	(5.281.377)	(4.512.743)
Com vendas	(1.409.067)	(1.188.077)
Gerais e administrativas	(194.958)	(176.463)
Depreciações e amortizações	(187.568)	(158.736)
	<u>(7.072.970)</u>	<u>(6.036.019)</u>

- (i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

17. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram no exercício de 2014 um montante de R\$ 9.473 (R\$ 47.066 – 2013). Esses montantes são compostos por despesas não recorrentes, em sua grande maioria, geradas em função do processo de fusão da Companhia e por gratificação paga a membros da Administração.

18. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Descontos obtidos	243	555
Rendimentos de aplicações financeiras	16.548	8.204
Juros recebidos	8	154
Variações monetárias ativas	1.542	945
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>5</u>
Total das receitas financeiras	<u>18.347</u>	<u>9.863</u>

(b) Despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Descontos concedidos a clientes	(62)	(3)
Juros, encargos e taxas bancárias	(935)	(2.182)
Encargos sobre financiamentos	(23.638)	(17.338)
Variações monetárias passivas	<u>(614)</u>	<u>(787)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(25.249)</u>	<u>(20.310)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(6.902)</u></u>	<u><u>(10.447)</u></u>

19. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Móveis e instalações	46	108
Máquinas e equipamentos	<u>86</u>	<u>126</u>
	<u>132</u>	<u>234</u>

20. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia possui contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) foram de R\$ 25.131 (R\$ 19.163 – Dez/2013) para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

Entre:	<u>2014</u>	<u>2013</u>
1 e 12 meses	230.883	165.421
13 e 60 meses	571.451	401.971
Após 60 meses	<u>173.366</u>	<u>159.110</u>
	<u>975.700</u>	<u>726.502</u>

21. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”, conforme Nota 4b-iii das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>281.189</u>	<u>241.885</u>
	<u>281.189</u>	<u>241.885</u>
Recebíveis		
Contas a receber (Nota 6)	465.990	373.259
Outras contas a receber	<u>107.590</u>	<u>108.953</u>
	<u>573.580</u>	<u>482.212</u>
Total	<u>854.769</u>	<u>724.097</u>

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os financiamentos e as demais contas a pagar:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	871.477	671.455
Financiamentos (Nota 10)	281.237	244.825
Outras contas a pagar	<u>91.938</u>	<u>72.181</u>
Total	<u>1.244.652</u>	<u>988.461</u>

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 9.687) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as vendas com recebimento a prazo representaram 48%, sendo que desse total 87% são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 13% que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem eventualmente gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	Acréscimo de 0,5%	1.200	1.500	1.800
Receita		1.200	1.500	1.800
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	97	121	146
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	8	10	12
Despesa		105	131	158

A Administração não considera provável que o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES, possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	2014	2013
Financiamentos	281.237	244.825
Caixa e equivalentes de caixa	(281.189)	(241.885)
Dívida líquida	48	2.940
Patrimônio líquido	2.456.937	2.326.983
Índice de alavancagem financeira (%)	0,00	0,13

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e debêntures compromissadas (Nota 5) e classificadas como valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

22. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

23. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Relacionamento		Ativo circulante		Receitas	
		2014	2013	2014	2013
Valores a receber					
Convênios (i)					
Regimar Comercial S.A.	Acionista/Família	8	9	68	65
Heliomar S.A.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	1	1	11	9
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista/Família			1	2
		<u>9</u>	<u>10</u>	<u>80</u>	<u>76</u>

		Relacionamento		Passivo circulante		Despesas	
				2014	2013	2014	2013
Valores a pagar							
Aluguéis (ii)							
Heliomar S.A.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	18	13	188	160		
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	71	65		
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	71	65		
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	71	65		
		33	28	401	355		
Fornecedores de serviços (ii)							
Capullo Publicidade Ltda.	Acionista/Família			315	322		
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados	Acionista/Família		45	3.463	2.661		
Associação Obra do Berço (Literat Editora Ltda.) (iii)	Acionista/Família			1.260	1.042		
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista/Família	70	131	4.702	5.920		
		70	176	9.740	9.945		
		103	204	10.141	10.300		

- (i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço em lojas. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de *marketing* e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Proventos e encargos sociais	11.120	10.637
Gratificações e encargos sociais	16.606	15.634
Reversão da provisão de gratificações	(7.612)	(4.753)
	<u>20.114</u>	<u>21.518</u>

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação dos seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Riscos com perdas em estoques	110.386	106.878
Bens do ativo permanente	119.615	121.522
Lucros cessantes	74.917	24.100
Riscos de responsabilidade civil	14.410	12.423
	<u>319.328</u>	<u>264.923</u>

25. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2014, não ocorreram transações não envolvendo caixa na Companhia.